



## A CARAVANA DA CIDADANIA INDÍGENA EM MANAUS

ONETI, Maglúcia Izabel de Assis  
Estudante do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAS)  
*magizabelsupernova@hotmail.com*

MOREIRA, Vanessa Cristine Praia  
Assistente Social, Gerente de Promoção dos Direitos das Populações Negras e Povos Indígenas  
(SEMASDH/DDH)  
*vcristine@hotmail.com*

FARIAS, Luciana Maria Verçosa  
Socióloga, Analista Municipal (SEMASDH/DDH)  
*luciana.farias@pmm.am.gov.br*

160

### Resumo

Este trabalho pretende fazer um relato sobre as ações sociais para os povos indígenas na cidade e entorno de Manaus, realizadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SEMASDH), por meio do Departamento de Direitos Humanos (DDH) e Gerência de Promoção dos Direitos das Populações Negras e Povos Indígenas (GPDPNPI/DDH) nos anos de 2012 a 2014. A ação chamada "Caravana da Cidadania Indígena" está de acordo com o modelo em que órgãos e secretarias se unem em um evento para facilitar o acesso a serviços básicos, criando um momento para que diferentes comunidades e etnias indígenas possam trocar informações e ter acesso a estes serviços.

**Palavras-chave:** Caravana da Cidadania Indígena, Indígenas, Direitos, Atendimentos.

### Abstract

This paper intends to make a report on the social actions for indigenous people in the city and around Manaus, conducted by the Municipal Social Welfare and Human Rights (SEMASDH), through the Department of Human Rights (DDH) and Management of Promotion rights of Indigenous Peoples and Black Populations (GPDPNPI / DDH) in the years 2012 to 2014 the action called "Caravan of Indigenous Citizenship" is in accordance with the model in which agencies and departments come together at an event to facilitate access to services basic, creating a moment for different communities and indigenous groups to exchange information and to access these services.

**Keywords:** Indigenous Caravan of Citizenship, Indigenous, Rights, Consultations.



## Apresentação

Este trabalho pretende fazer um relato sobre as ações sociais de cidadania indígena, oferecidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SEMASDH), por meio do Departamento de Direitos Humanos (DDH) e Gerência de Promoção dos Direitos das Populações Negras e Povos Indígenas<sup>1</sup> (GDPNPI/DDH), com intuito de levar informações, orientações, encaminhamentos e serviços socioassistenciais aos povos indígenas do município de Manaus, por meio dos atendimentos da Caravana da Cidadania Indígena, entre os anos de 2012 e 2014.

161

## Caravana da Cidadania e as populações indígenas

O termo “Caravana da Cidadania” surgiu como uma proposta de debate, estudo, pesquisa, informação e elaboração de políticas públicas a partir da realidade encontrada pelo ex-presidente Lula, nos anos 1990, quando formou uma comitiva que percorreu 369 cidades dos 26 estados, em 5 caravanas. A equipe era formada por lideranças políticas e sindicais, técnicos, especialistas que elaboraram relatórios sobre a situação das comunidades visitadas. Posteriormente a empreitada ficou conhecida como “viagem ao Brasil esquecido” ou “viagem ao Brasil profundo” (INSTITUTO LULA, 2013).

Ainda nos anos 1990, com a experiência de outros estados em prestação de atendimentos descentralizados ou itinerantes, surgiu o serviço conhecido como “Balcão de Direitos”, que oferecia documentação básica e orientação jurídica entre outros serviços à população nos bairros, *in loco*. Ambas experiências foram absorvidas pelo Governo Lula, desenvolvidas com a estruturação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos (SEDH), responsável pela implantação e execução do Plano Nacional de Direitos Humanos no

---

<sup>1</sup> A Prefeitura de Manaus, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SEMASDH) criou a Gerência de Promoção dos Direitos das Populações Negras e Povos Indígenas (GDPNPI), pela Lei nº 1.604 de 09 de novembro de 2011, Decreto nº 1.412, de 19 de dezembro de 2011, com as seguintes competências: **a)** planejamento, organização execução e avaliação do desenvolvimento de ações específicas, para atender essas populações ou comunidades étnicas, cujo reconhecimento de suas identidades ou necessidade de se organizarem estejam limitadas, discriminadas ou obstaculizadas de alguma maneira. **b)** exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza.



território brasileiro. Assim, a SEDH disponibiliza recursos e estabelece convênios para o desenvolvimento da atividade pelos órgãos municipais e estaduais.

As primeiras atividades do Balcão de Direitos/Caravana da Cidadania no município de Manaus foram realizadas no âmbito da Secretaria Municipal da Assistência Social e Direitos Humanos (SEMASDH), criada em 2009, como órgão integrante da administração direta do Poder Executivo, com atribuições de formular, coordenar, executar e avaliar as ações relacionadas as Políticas da Assistência Social e Direitos Humanos no Município de Manaus.

As atividades foram possíveis por meio de captação de recursos e estabelecimento de convênio entre SEDH e SEMASDH, sob coordenação do Departamento de Direitos Humanos desta última. O grupo que estava a frente do Departamento, por haver realizado pesquisa acadêmica e de extensão entre comunidades indígenas de Manaus, detectou que poucos indígenas detinham o registro civil, certidão de pessoa física entre outros documentos que os impediam de acessar os programas sociais disponibilizados pela SEMASDH, como o Programa Bolsa Família.

Entre 2009 e 2010 foram realizadas ações do Balcão de Direitos/Caravanas da Cidadania Indígenas na área rural do Município. O procedimento para a solicitação destes atendimentos consistia em encaminhamento de demanda das associações à secretaria, com documentação protocolada; o protocolo seria encaminhado ao Departamento de Direitos Humanos, para análise da situação; articulação entre SEMASDH e as outras secretarias municipais relacionadas a saúde, educação, esporte para disporem de serviços no dia escolhido em comum acordo. Todavia, devido ao término do convênio, o Balcão de Direitos/Caravanas da Cidadania foi finalizado, sendo realizadas apenas as Caravanas da Cidadania nos bairros, com recursos das próprias secretarias municipais.

Com a reestruturação do DDH/SEMASDH em 2011, foram criadas gerências para tratar de temas específicos, como a Gerência de Promoção dos Direitos das Populações Negras e Povos Indígenas (GPDPNPI), que disponibiliza atendimento a essas populações e comunidades étnicas, a fim de contribuir com suas organizações e atenção a questão de violações de direitos.

Desde quando se iniciou os atendimentos da GPDPNPI destacaram-se as etnias: Miranha, Tariana, Kokama, Tikuna, Tukano, Uanano, Kaixana, Apurinã, Karapaña, Dessana,



Arara, Munduruku, Mura, Kambeba, Maraguá, Guarani, Tapuia, Baré e Piratapuaia. As etnias que mais recorrem aos atendimentos são Kokama, Sateré-Mawé e Tikuna, com uma demanda maior sobre educação e saúde (GPDPNPI, 2012, 2013, 2014). Nos atendimentos revelaram não somente a dificuldade ao acesso aos benefícios mais também sobre o difícil acesso das comunidades e aldeias que estão no entorno de Manaus, sendo que este é um ponto importante para se compreender a organização espacial dos povos indígenas na cidade, ou seja, a articulação entre os indígenas que estão na capital e os que estão nas comunidades, o que dificulta a contagem exata de quantos indígenas residem em Manaus.

Segundo Mainbourg *et al.* (2002), o IBGE contava com 952 indígenas em Manaus no ano de 1991. De forma geral, percebeu-se nos dados que havia a presença da população indígena em todos os bairros de Manaus, alguns concentrando algumas etnias e outros não. O CIMI em 2000 estimava em torno de 8.500 indivíduos aproximadamente. A COIAB (Confederação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira) estimava entre 15.000 a 20.000 indígenas em Manaus, com uma proporção considerável das etnias do alto Rio Negro (Tucano), assim como das etnias Ticuna e Sateré-Mawé (MAINBOURG, 2000).

Várias situações caracterizam a migração dos indígenas para as cidades, desde a expulsão dos indígenas de suas terras de origem, até a opção de viver na cidade por não haver oportunidades relacionadas a educação, atendimento adequado nas comunidades. Este processo tem se intensificado pela crescente facilidade de locomoção da área indígena para as cidades e os meios de comunicação de massa, que tornam a cidade atraente para satisfação de antigas e novas necessidades (TEIXEIRA *apud* BAINES, 2009).

Dados apontam que em Manaus, uma casa abriga mais de uma família indígena, onde os chefes da casa não têm uma renda assalariada fixa, trabalhando geralmente em serviços informais. As famílias residem em áreas com precário saneamento básico, quando é inexistente. Alguns adultos e jovens ainda não possuem carteira de identidade, somente o Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI), impedindo o cadastramento no CadÚnico, para o acesso aos programas federais.

Sendo assim, a Caravana da Cidadania Indígena, organizada pela GPDPNPI tenta corresponder a garantia dos direitos fundamentais aos povos indígenas da cidade e no entorno, previstas na Constituição de 1988, Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT e no III Plano Nacional de Direitos Humanos (2010), que sugere que as ações



para os povos indígenas estejam voltadas para a política pública de acesso à educação, à saúde, à habitação, à assistência social e direitos humanos, ao trabalho, o acesso a documentação, conscientização ecológica, inclusão nos programas de governo, atentando para as suas especificidades, conforme prevê o eixo orientador III do PNDH.

Descreveremos a seguir os eventos ocorridos durante a Caravana da Cidadania Indígena, entre outros eventos que demonstram a relação entre os grupos indígenas e os agentes do poder municipal.

### **Caravana da Cidadania Indígena: de 2012 a 2014.**

Em 2012, as primeiras articulações foram feitas em reuniões para levantar as demandas dos povos indígenas em Manaus, com lideranças indígenas e com a FUNAI, a fim de divulgar os atendimentos que a Gerência disponibilizaria. Sendo assim, famílias e grupos organizaram-se e procuraram a Gerência para encaminhamento para inserção no CadÚnico, para inclusão no Programa Bolsa Família entre outros serviços. As famílias repassavam umas as outras que existia este tipo de atendimento no âmbito municipal.

Em uma destas reuniões, um dos caciques de localidade indígena no bairro da zona oeste de Manaus, explanou sobre os problemas enfrentados pelos indígenas relacionados a saúde, educação, moradia e sobre o acesso aos serviços socioassistenciais. Segundo o cacique<sup>2</sup> (da etnia Miranha), em seu bairro havia aproximadamente quatrocentas famílias (de 10 etnias de diferentes regiões do estado do Amazonas e de Roraima) e em sua responsabilidade, estariam cem famílias; enquanto trezentas famílias estariam em responsabilidade de outro cacique<sup>3</sup>. Por ser um bairro mais próximo da área rural da cidade, tornava-se caro o deslocamento de todas as famílias para o atendimento na secretaria, localizada no centro de Manaus.

---

<sup>2</sup> Se reconhecem e são reconhecidos como cacique pelos outros grupos indígenas.

<sup>3</sup> Segundo o cacique, o bairro estaria dividido em duas partes: a “parte de cima” com cem famílias e uma liderança (cacique) e, a “parte de baixo” com outra liderança, responsável por trezentas famílias. Esta divisão elaborada pelos indígenas refere-se a parte mais alta da entrada do bairro e a uma ladeira que leva as demais moradias, na parte de baixo. Em cada “parte” há um chapéu de palha, onde ocorrem os eventos. Os caciques estabeleceram os seus limites territoriais. No entanto seria um estudo mais detalhado sobre a relação das lideranças. Sobre o bairro, ver artigo < <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/12/primeiro-bairro-indigena-de-manau-rompe-invisibilidade-9385.html>>.



Sendo assim, elaborou-se o projeto Caravana da Cidadania Indígena, nos moldes das ações sociais itinerante nos bairros realizadas pela SEMASDH, prevista para ocorrer no mês de abril, com a participação da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) e Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer (SEMJEL). Os serviços oferecidos foram à inclusão nos programas Bolsa Família, PROJOVEM Adolescente, emissão de documentos, atendimentos sociais e cortes de cabelo, por meio do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS).

Nesta caravana registrou-se um total de cento e oitenta atendimentos, com a participação em maior número das famílias residentes na “parte de cima” do bairro. Informaram-nos posteriormente, que as outras famílias não participaram devido à proibição da outra liderança, deixando latentes os conflitos internos entre as lideranças.

Em 2013 a SEMASDH participou de três ações voltadas para as populações indígenas, organizando duas e atuando como participante em uma. Logo no início do ano, promoveu o atendimento do itinerante móvel, oferecendo o serviço da secretaria (acesso ao Programa Bolsa Família, emissão de carteira de identidade (RG), atendimento jurídico) nos bairros mais distantes da sede, além de ser oneroso o deslocamento das famílias.

A representante da GPDPNPI contactou as lideranças indígenas das comunidades para fazer um levantamento prévio das famílias e de quais serviços seriam mais solicitados. De posse destas informações, formaram-se equipes dos departamentos da SEMASDH (servidores do Departamento de Proteção Social Básica, Departamento de Proteção Social Especial, Departamento de Direitos Humanos, Assessoria Jurídica) para realizar o atendimento nas comunidades indígenas localizadas no Vale do Sinai (62% dos atendimentos), João Paulo II (23% dos atendimentos) e Ramal do Brasileirinho (15% dos atendimentos), na zona Leste de Manaus (RELATÓRIO GPDPNPI, 2013).

A ação do itinerante teve uma aceitação considerável entre os grupos indígenas. Um dos servidores da SEMJEL, que se reconhece indígena, externalizou em uma conversa informal a representante da GPDPNPI se a secretaria poderia realizar os atendimentos do itinerante móvel e/ou Caravana da Cidadania Indígena dentro do evento “Jogos Interculturais Indígenas”, em decorrência da Semana dos Povos Indígenas. A Secretaria de Esporte e Lazer (SEMDEJ) já havia realizado algumas reuniões com grupos indígenas, devido as modalidades



deste evento onde são realizadas competições em esportes que os indígenas já praticam culturalmente como o arco e flecha, natação, peconha<sup>4</sup>, assim como futebol.

Posteriormente, três caciques das etnias Tikuna, Munduruku e Maraguá da Associação POTERIKARÃ procuraram o DDH, apresentando-se como coordenadores do projeto “Jogos Interculturais Indígenas”, solicitando da secretaria o apoio para a realização da Caravana da Cidadania Indígena junto com os “Jogos”, aproveitando o local e o público do evento. Relataram dificuldades em conseguir um local para a realização do evento e logística.

Num outro momento foi realizada uma reunião na SEMJEL, com a participação dos coordenadores e instituições responsáveis pelo evento, entre outros grupos indígenas que se fizeram presente. Na pauta seriam discutidos os pontos principais para a realização dos “Jogos” e “Caravana”, como a data, local, horários, instituições participantes. A gerente da GPDPNPI expôs os serviços que poderiam ser oferecidos com a Caravana. A secretaria de esportes informou aos presentes que o evento não poderia ocorrer na data solicitada anteriormente, pois o secretário não se fazia presente na época, o que gerou um conflito entre representantes institucionais e coordenadores, mas conseguiram pensar em outra data e uma nova reunião foi agendada.

Nesta reunião ampliada, com a presença dos três coordenadores, representantes das secretarias e um número expressivo de participantes. Foi informado que deveria mudar novamente a data dos “Jogos” devido ao local solicitado estar ocupado com outro evento, causando insatisfação nos coordenadores e participantes, que informaram que iriam se manifestar na mídia e na SEMJEL, pois se os jogos não fossem realizados, impossibilitaria a ação social planejada. A representante da GPDPNPI reafirmou que mantivessem as datas antes acordadas, devido o planejamento da Caravana já ter sido realizado na SEMASDH. Os coordenadores decidiram em votação com os participantes indígenas a manter a data e mudar o local de realização do evento, parte seria na área urbana (Caravana da Cidadania Indígena) e outra na Comunidade Nossa Senhora do Livramento (Jogos Interculturais), localizado a margem direita do rio Tarumã-Mirim zona rural de Manaus.

A Caravana da Cidadania Indígena ocorreu em fins do mês de abril de 2013, no Parque Municipal do Mindú, zona centro-sul de Manaus, registrando um total 3.376 atendimentos, em torno de vinte etnias entre as quais destacaram-se os Sateré-Mawé,

<sup>4</sup> Utensílio similar a um cinto, tecido com fibras de palmeiras utilizadas para escalar árvores, como exemplo, o açazeiro.



Munduruku, Kokama, Tukano, Dessano, Piratapuia, Miranha, Baré, Maraguá, Mura, Tikuna. Houve a participação das Secretarias Municipais relacionadas a Saúde; Educação; Esporte e Lazer; Meio Ambiente; Defesa Civil; Limpeza Pública; Trabalho e Desenvolvimento; Habitação e Assuntos Fundiários; Cultura, Turismo e Eventos; Planejamento Urbano; Feiras, Mercados, Produção e Abastecimento; Secretaria de Segurança Pública, via Projeto Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD, PREVINE uso de drogas, tabagismo e álcool para menores e; Instituto Amazônia de Ensino Superior – IAES.

Na abertura do evento, as lideranças indígenas reforçaram algumas reivindicações, atentando também para as que são latentes para os indígenas na cidade, como a criação de feiras de exposição de artesanato em pontos turísticos; legalização de títulos definitivos de moradias; inclusão em programas sociais, promoção de cursos e oficinas de direitos humanos para lideranças; exposição para pintores, escultores, cantores e grupos de danças tradicionais; eventos esportivos indígenas, afirmando assim, a importância de discutir com a Prefeitura Municipal os principais problemas enfrentados pelos indígenas na cidade (D24AM, 2013).



Foto: Caravana da Cidadania Indígena, 2013.  
Fonte: Acervo pessoal, Maglúcia Oneti.

Ao término do evento, os coordenadores e os grupos indígenas agradeceram a presença das secretarias, a presença do prefeito por ter dançando com eles. Um dos coordenadores comentou que apesar das dificuldades e a falta de atenção dos órgãos estatais, algumas iniciativas, como o apoio da GPDPNPI/DDH/SEMASDH nos eventos indígenas





significa outro meio com que os povos indígenas podem recorrer para atender as suas demandas e tornarem-se “visíveis” aos olhos do Estado.

Em 2014, um mês anterior a Semana dos Povos Indígenas, um dos caciques da Associação POTERIKARÃ, procurou novamente a GPDPNPI a fim de solicitar que a Caravana da Cidadania Indígena fosse realizada juntamente com os Jogos Interculturais, na mesma comunidade onde foram realizados os jogos de 2013. O desafio seria a logística para transportar servidores, gastos e mobilização para convidar a zona ribeirinha para participar dos jogos interculturais<sup>5</sup>. Mesmo assim, a Caravana foi realizada, agregando atendimentos da assistência, saúde, esporte/lazer.



Foto: Abertura dos Jogos Interculturais Indígenas, abril de 2014.  
Fonte: Acervo pessoal, Maglúcia Oneti.



Foto: Jogo de abertura, abril de 2014.  
Fonte: Acervo pessoal, Maglúcia Oneti.

Observamos que a pouca participação das famílias indígenas na Caravana poderia ter sido, segundo relatos dos comunitários e de alguns indígenas, devido a um possível “boicote” das outras lideranças indígenas, que têm uma relação conflituosa com o líder comunitário, que não concordava com as festas promovidas pelos indígenas na comunidade. Além disto, o local era distante das outras comunidades do entorno.

A estratégia utilizada foi a mobilização da comunidade, de “porta em porta”, convidando a comunidade a comparecer na Escola onde seriam realizados os atendimentos. Pelas conversas com os comunitários, percebemos que havia muitas pessoas idosas; a comunidade vive ainda da troca de trabalho por alguma alimentação, de suas criações de

<sup>5</sup> Os Jogos Interculturais Indígenas deste ano apresentaram as seguintes modalidades: futebol, zarabatana, natação no rio, peconha, lutas corporais entre outras.



galinhas, patos e outros para consumo próprio, de plantações frutíferas e de legumes para também consumo próprio e/ou troca. Em relação aos atendimentos da Caravana, houve uma queda de 20% em relação ao ano de 2013, devido aos problemas acima relatados, também ao difícil acesso, a mobilidade fluvial e a articulação com as comunidades adjacentes.

Podemos observar que os maiores atendimentos se relacionavam aos serviços de saúde, não pela falta de compromisso aos indígenas ou por atendimentos precários, mais pela dificuldade de acesso, quando estão nas comunidades rurais; e quando se encontram na área urbana, possuem limitações orçamentárias para deslocamento. Outro desafio seria assegurar o respeito a diferença e especificidades culturais indígenas, pois qualquer decisão tomada sobre o evento tinha um impacto na comunidade, que participou ativamente da programação, incluindo lideranças tradicionais e comunitárias, homens, mulheres, jovens e crianças.

Ainda que tenham ocorrido alguns percalços durante a realização das caravanas, houve de certa forma, um processo de fortalecimento das instituições presentes, surgindo uma possibilidade para que o evento fizesse parte do calendário de eventos da Prefeitura Municipal, um ponto que ainda está em discussão.

### **Relato do conflito em um “bairro” indígena**

Em 2013, em meio as preparações para realização da Caravana da Cidadania Indígena, um grupo de indígenas residentes no bairro onde foi realizada a Caravana em 2012, compareceram a GPDPNPI para relatarem sobre problemas enfrentados com uma das lideranças e possíveis providências. E ainda, aproveitaram a oportunidade para convidar informalmente a gerente a participar da sua programação da semana dos povos indígenas, contudo, sem realizar algum tipo de ação.

Nas conversas informais com os indígenas, durante a preparação da Caravana, estes relataram a insatisfação de um de seus caciques com a gerência, devido as reclamações feitas contra ele.

No dia 19 de abril de 2013, a SEMASDH foi convidada a participar de uma ação social, coordenada pela Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) e neste evento iriam oferecer serviços de atendimento médico, odontológico, palestra, enquanto a primeira ofereceria o cadastramento no Programa Bolsa Família, orientação jurídica, oficina de artesanato, levantamento socioeconômico.



Pelo dia alusivo, toda a comunidade estava em festa. Alguns participantes estavam vestidos com cocares, homens e mulheres ainda estavam fazendo as pinturas, enquanto os servidores se posicionavam para o atendimento. O evento começou em torno de nove as dez da manhã, no chapéu de palha na parte de cima do bairro. Uma das lideranças, da etnia Tikuna, fez a abertura do evento com a presença dos servidores e subsecretaria da SEMASDH, com uma apresentação de dança e início dos atendimentos.

Durante os atendimentos, as crianças participavam massivamente da oficina de artesanato; as mulheres participavam do cadastramento do Bolsa Família e demais serviços e, enquanto isto, duas servidoras realizavam um levantamento socioeconômico da comunidade. Entre as conversas durante o preenchimento, homens e mulheres respondiam reafirmavam sua etnia e comentavam que na “parte de baixo” havia mais indígenas do que na parte de cima.

Num outro canto do evento, algumas lideranças se reuniram informalmente com a responsável pela GPDPNPI e discutiram alguns assuntos de seus interesses quanto a contratação de pessoas indígenas na esfera pública; melhoria na saúde indígena; atendimento nas aldeias rurais; melhoria na infra-estrutura da comunidade; melhoria na educação indígena, entre outras pautas.

Enquanto se desenrolava a conversa, uma das lideranças informava a gerente sobre a insatisfação da liderança da parte de baixo do bairro, que indagava porque os atendimentos não haviam sido direcionados para sua parte também, já que também estavam em comemoração e que muitas famílias indígenas precisavam de atendimento. E queria saber porque a gerente não havia descido para conversar com ele.

Um dos “guerreiros” da parte de baixo veio dar o recado para que a gerente descesse para falar com o cacique deles. Então, as lideranças da “parte de cima”, temendo algum tipo de retaliação, orientou a gerente para que ficasse ali mesmo e não descesse. Responderam que a gerente já havia se retirado do local.

A situação foi se intensificando, quando pediram que alguém que representasse a secretaria, além da gerente, descesse para dar satisfações sobre porque não realizaram o evento na parte de baixo. A subsecretária da SEMASDH e secretário da SEMSA que estavam presentes enviaram duas servidoras das respectivas secretarias para conversar com o cacique e perguntar se podiam fazer os atendimentos em seu espaço.



Ao chegar no chapéu de palha, na parte de baixo do bairro, estavam presentes o cacique da etnia Kokama e seus *guerreiros*<sup>6</sup>, fazendo os preparativos para iniciar a festa: caixa de som, microfone, cadeiras. O cacique recebeu as servidoras afirmando que estava a espera de conversar com os responsáveis do evento para questioná-los porque também não iam atender na parte de baixo, pois haviam muitas famílias precisando daqueles serviços. Afirmou que aquele era um dia muito especial para todos os presentes, além de ser o dia dos índios era o dia em que eles adquiriam aquele espaço, por um processo conflituoso com os antigos proprietários. Afirmou que ele e os outros indígenas iriam receber os servidores de braços abertos, assim que terminassem os preparativos.

A servidora da SEMSA subiu e informou que o cacique havia dado permissão para a realização do evento na parte de baixo da comunidade. Ficou definido que os atendimentos seriam pela manhã na parte de cima e à tarde, na parte de baixo. A servidora da SEMASDH permaneceu por um tempo maior e ao conversar com uma senhora indígena, que estava de saída para retornar a comunidade no Alto Rio Negro, afirmou que estava na casa de seus parentes, observando que a maioria dos indígenas estava na parte de baixo da comunidade. Os que estavam na parte de cima “não eram tão indígenas assim”, pois os poucos que tinham eram casados com não indígenas.

O chapéu de palha dali parecia ser utilizado para as atividades escolares, já que havia uma biblioteca e quadro branco. Neste espaço, estava posicionada a caixa de som, que tocava músicas indígenas, destacando as músicas sobre a Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Um dos guerreiros ao microfone relembra a história de luta deles para conseguir a terra, enquanto dava-se a abertura do evento com as danças. Até aquele momento, não se havíamos percebido que o cacique e os outros indígenas participantes estavam totalmente pintados com tons fortes de vermelho e preto, lembrando as guerras, com palavras escritas em suas costas.

---

<sup>6</sup> No relato dos comunitários, descrevem que a liderança é exercida pelo cacique e seus homens de confiança, os “guerreiros”.



Foto: Abertura do Evento do Dia do Índio, abril de 2013.

Fonte: Acervo pessoal, Maglúcia Oneti.



Foto: Pintura dos guerreiros, abril de 2013.

Fonte: Acervo pessoal, Maglúcia Oneti.

No início das atividades das secretarias, os servidores foram recebidos com uma mesa farta com comidas típicas e frutas, recebendo o agradecimento do cacique e dos demais indígenas presentes. As pessoas encantavam-se e por ser um momento único e providenciavam em registrar cada detalhe importante aos seus olhos, assim como também a presença de emissora de televisão que cobria o evento.

Enquanto ocorriam os atendimentos, a servidora se deslocou para parte de cima, onde estavam as lideranças e a gerente do GPDPNPI, que aguardariam o término do evento, previsto para as dezesseis horas. Nesse ínterim, ambas servidoras foram convidadas para um almoço com as lideranças, que conversavam sobre a suas origens, suas famílias, suas trajetórias até chegar naquele lugar.

Às dezesseis horas, a gerente entrou em contato com os outros servidores do DDH, a fim de saber o horário da partida do ônibus, ao qual foi informada que os ônibus já estavam de saída e que não poderiam retornar para buscá-la, já que ao fundo do bairro havia uma rua que levava a avenida principal, sem a necessidade de retorno.

Ao discutir a situação, uma das lideranças decidiu acompanhar as servidoras até a parte de baixo da comunidade para que pudessem tomar o ônibus. Ao chegar próximo ao chapéu de palha onde estavam ocorrendo o evento, a gerente ficou aguardando a outra



servidora procurar os demais para se retirarem do local. Enquanto isto, quando a liderança de cima caminhava para subir a ladeira, os guerreiros saíram do chapéu de palha armados, com arco e flecha, e expulsaram a liderança de cima, desferindo empurrões e socos e por fim, quebraram um arco e flecha em suas costas, enquanto o restante dos outros guerreiros procurava pela gerente.

Os outros servidores levaram a gerente com urgência para o ônibus e pediram para se retirar do lugar. Demais servidores e público em geral observaram a conflito e a finalização efetiva do evento, saindo em seguida os outros ônibus com os servidores das secretarias alocados.

Soube-se posteriormente via contato telefônico, que a liderança que sofreu as agressões não denunciou a polícia o ocorrido, pois não gostaria de causar mais problemas dentro da comunidade. As agressões ocorreram devido a liderança de cima não haver respeitado os limites de território entre os caciques de “baixo” e os de “cima”, conflito potencializado pela presença de servidores naquele local. O incomodo com a gerente se deveu as orientações ao grupo de indígenas descontentes com o cacique da parte de baixo da comunidade, sobre o direito a denúncia e a garantia dos seus direitos. Ao demonstrar um ato de violência aberta reforçava a todos os presentes quem daria as ordens no lugar, ou seja, os próprios indígenas.

No ano seguinte, este cacique compareceu ao GDPDPNPI para apresentar um documento solicitando melhorias para a comunidade, para a criação de posto de saúde, de uma escola entre outros equipamentos sociais. Segundo consta no documento, a comunidade somente gostaria que seus direitos fossem garantidos conforme prevê a legislação vigente, estando eles cansados de serem tratados como “caso de polícia”.

A relação conflituosa entre indígenas e órgãos dos poderes públicos demonstra o longo caminho a percorrer enquanto aos atendimentos dos direitos destes povos, que buscam formas não somente de conseguir benefícios, mais de garantir seu acesso a cidade a partir de sua própria visão de mundo. As secretarias, ao adequar os serviços para este público-alvo, tem tido um desafio macro, pois entre os grupos indígenas há interesses divergentes que desafiam a ideia do “universal” e da equidade de direitos que os órgãos do poder municipal tentam realizar.



## Considerações Finais

Este trabalho pretendeu fazer um relato sucinto sobre as ações sociais de cidadania indígena, oferecido pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SEMASDH), por meio do Departamento de Direitos Humanos (DDH) e Gerência de Promoção dos Direitos das Populações Negras e Povos Indígenas (GPDPNPI/DDH), entre os anos de 2012 e 2014.

A ideia da Caravana da Cidadania Indígena se deu pela demanda do acesso aos serviços socioassistenciais pelos indígenas que estão na cidade e no entorno de Manaus. Com isto, a Prefeitura Municipal levaria a atuação de seus órgãos e secretarias, facilitando o acesso a serviços básicos, criando um momento para que diferentes comunidades e etnias indígenas pudessem trocar informações e ter acesso a direitos e serviços.

Alguns percalços durante o evento são levantados, assim como uma situação de conflito num bairro indígena, para pensar que a relação com os órgãos públicos pode potencializar os conflitos já existentes entre os comunitários e lideranças indígenas, ainda que sua presença seja desejada por estes últimos agentes. O que se pode observar a partir destas experiências, seria o processo de visibilidade dos povos indígenas na cidade; tornarem-se visíveis tanto em direito, quanto em liderança, tentando pleitear os mesmos direitos de todos os cidadãos junto aos órgãos do poder público, ainda que tenham uma identidade diferenciada.

## Referências

D24AM. Disponível em: <<http://new.d24am.com/amazonia/meio-ambiente/caravana-cidadania-indigena-primeira-edicao-parque-mindu/85345>> Acesso em: 28 de abril 2013.

GERÊNCIA DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DAS POPULAÇÕES NEGRAS E POVOS INDÍGENAS, Departamento de Direitos Humanos, Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SEMASDH). *Relatório da Caravana da Cidadania Indígena*, 2012, 2013, 2014.

INSTITUTO LULA. Disponível em: <<http://www.institutolula.org/historia/#caravanas>> Acesso em: 25 de abr. 2013.



MAINBOURG, Evelyne M. T.; ARAÚJO, Maria Ivanilde; Almeida, Iolene C. de. Populações Indígenas da Cidade de Manaus: Inserção na Cidade e Ligação com a Cultura. In: XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4 a 8 de novembro de 2002, Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/Com\\_IND\\_ST6\\_Mainbourg\\_texto.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/Com_IND_ST6_Mainbourg_texto.pdf)> Acesso jan. 2014.

PLANO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS (PNDH III), 2010.

TEIXEIRA, Pery; MAINBOURG, Evelyne M. T.; BRASIL, Marília. Migração do povo indígena Sateré-Mawé em dois contextos urbanos distintos na Amazônia. In: *Caderno CRH*, v.22, n. 57, Salvador: UFBA, Set./Dez. 2009, pp. 531-546.